

# **Interseccionalidade e marxismo: encontros e desencontros para o estudo do movimento de mulheres negras no Brasil**

Bárbara Araújo Machado

## **1. Introdução**

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre as possibilidades advindas do encontro do conceito de interseccionalidade com uma perspectiva filosófica marxista para o estudo do movimento de mulheres negras no Brasil. O trabalho integra minha pesquisa de doutorado, em andamento, intitulada "Entre raça, gênero e classe: a formação do movimento de mulheres negras no Brasil (1978-2000)". Nela, pretendo analisar a "experiência" (THOMPSON, 2015) de mulheres negras em movimentos sociais a partir da década de 1970 e os processos históricos que as levaram fundar organizações específicas nos anos 1980 e 1990. Há um interesse especial na forma como a interação entre raça, gênero, sexualidade e classe se expressou nesses processos. Para analisar a atuação política dessas organizações, utilizo, além de contribuições de E.P. Thompson, concepções gramscianas como as de "Estado Ampliado" e de "aparelhos privados de hegemonia", que possibilitam pensar as relações entre as organizações de mulheres negras e o Estado, bem como a conjuntura histórica e as possibilidades de auto-organização que estavam colocadas para essas mulheres no período considerado.

As relações entre racismo, (hetero)sexismo<sup>1</sup> e capitalismo são, portanto, basilares para essa pesquisa, tanto em termos teóricos quanto históricos. A articulação entre esses elementos tem sido objeto de reflexão de intelectuais negras desde a década de 1970. Foi a partir dos anos 1990 que o conceito de interseccionalidade tornou-se uma das principais formas de nomear essa articulação, não apenas nos meios acadêmicos, mas também no campo político do feminismo -- e do feminismo negro, em especial --, surgindo o termo "feminismo interseccional" para classificar pessoas ou grupos que consideram a interação do gênero com a raça, a sexualidade, a classe social e outras clivagens em sua atuação política. Diante disso, é premente para o marxismo o exame atento do conceito de interseccionalidade e o desenvolvimento de diálogos a partir dele.

---

<sup>1</sup> A opção pela grafia "(hetero)sexismo" se deu para salientar o componente do heterossexismo como um determinante específico, mas associado em parte ao sexismo. Nesse sentido, considero que a luta contra a LGBTfobia se encontra inserida na luta feminista. Isso não significa que a primeira "se reduza" à segunda, mas que os padrões de gênero dominantes estão inextricavelmente ligados à sexualidade, devendo ser ela, portanto, um elemento fundamental para o feminismo.

No trabalho ora apresentado, retomarei a origem histórica da ideia de articulação entre gênero, raça, classe e sexualidade, examinando a partir disso a proposta de interseccionalidade feita por Crenshaw em seus primeiros artigos publicados e difundidos sobre o conceito, identificando alguns de seus limites e problemas em seus desdobramentos posteriores. Em seguida, comentarei brevemente as tentativas de qualificar o debate em termos teóricos, notadamente do feminismo materialista francês e da teoria da reprodução social, acenando para as possibilidades promissoras deste último em conjunção com a interseccionalidade. Por fim, esboçarei brevemente uma proposta de análise do movimento de mulheres negras no Brasil contemporâneo considerando as questões discutidas.

## **2. Interseccionalidade e marxismo**

A interseccionalidade é, sem dúvida, um conceito de grande importância no pensamento sobre a desigualdade social em toda sua complexidade. Muitas autoras o têm classificado como um conceito *mainstream* (CARBIN; EDENHEIM, 2013; KERNER, 2016), em especial nos meios acadêmicos europeus e norte-americanos. No Brasil, o termo vem crescendo cada vez mais, ganhando espaço em obras acadêmicas (ABREU; HIRATA; LOMBARDI, 2016), cursos universitários e eventos acadêmicos, assim como na militância feminista e progressista no geral.

A origem da ideia de articulação entre gênero, classe, raça e sexualidade é anterior ao surgimento do conceito em si, e pode ser remontada aos movimentos de mulheres negras e de cor norte-americanas da década de 1970. O coletivo de mulheres negras Combahee River Collective, em manifesto de 1977, já afirmava um compromisso de "lutar contra a opressão racial, sexual, heterossexual e classista", tendo como tarefa "o desenvolvimento de uma análise e uma prática integradas, baseadas no fato de que os maiores sistemas de opressão se encadeiam", configurando uma "síntese dessas opressões [que] criam as condições de nossas vidas." (LA COLECTIVA DEL RIO COMBAHEE, 1988: 172, tradução minha).

Na década de 1980, autoras como Audre Lorde e bell hooks associavam críticas ao que se convencionou chamar de "feminismo branco" a proposições em torno da necessidade de uma teoria feminista que correspondesse à complexa realidade das experiências vividas por mulheres negras, trabalhadoras, lésbicas etc. (HOOKS, 1984; LORDE, 2007). Em *Feminist Theory*, hooks denunciou o caráter branco, burguês e liberal que minava o potencial transformador do feminismo, já que o movimento se concentrava predominantemente nas experiências de mulheres brancas privilegiadas, ora consideradas como universais a todas as

mulheres, ora como prioritárias (HOOKS, 1984). Com isso em vista, a autora apontou para a "necessidade de desenvolver ideias e análises que englobem um maior número de experiências, que sirvam para unificar em vez de polarizar" (HOOKS, 1984, p. x, tradução minha). Reivindicação similar foi feita por Audre Lorde que, em afirmação didática e sintética, concluiu que "não há algo como uma luta envolvendo uma só questão porque nós não vivemos vidas de uma só questão" (LORDE, 2007, p. 139, tradução minha).

Postulações como essas foram especialmente importantes para as feministas latino-americanas e caribenhas, dado o papel fundamental do sexismo, da desigualdade de classes, do colonialismo e do racismo na realidade de seus países. É nesse sentido que Ochy Curiel argumenta que pensar raça, sexo, classe e sexualidade articuladamente

"nos dá ferramentas para entender por exemplo como a mestiçagem como ideologia nacionalista e homogeneizante teve como base fundamental a violação das mulheres indígenas e negras por parte dos colonizadores, a partir de uma lógica heterossexual que faz com que os homens se apropriem do corpo das mulheres, sobretudo aquelas cujos corpos são valorizados ou como mercadoria, ou como meros objetos referidos à natureza" (CURIEL, 2008, p. 20, tradução minha).

No caso do Brasil, essa questão se torna ainda mais importante ao considerarmos a articulação entre capitalismo, (hetero)sexismo e o cruel racismo à brasileira, que tem no silenciamento uma de suas armas mais poderosas. Como afirma Sueli Carneiro, "o estupro colonial da mulher negra pelo homem branco no passado e a miscigenação daí decorrente criaram as bases para a fundação do mito da cordialidade e democracia racial brasileira" (CARNEIRO, 1995, p. 546).

Na virada dos anos 1980 para os 1990, Kimberlé Crenshaw sistematizou algumas dessas questões no conceito de interseccionalidade, definido por ela como uma analogia, segundo a qual

"vários eixos de poder [...] constituem avenidas que estruturam terrenos sociais, econômicos e políticos. É através delas que as dinâmicas do desempoderamento de movem. [...] Tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias" (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A interseccionalidade atingiu franco sucesso a partir dos anos 2000 (HIRATA, 2014, p. 62; PISCITELLI, 2008, p. 263), mas isso se deu às custas de uma distorção do sentido original (e radical) do termo, ligado ao feminismo negro norte-americano. Sara Carbin e

Maria Edenheim, pesquisadoras nórdicas de matriz teórica pós-estruturalista, argumentam que seu crescimento na pesquisa feminista europeia e norte-americana foi resultado da falta de discussões ontológicas importantes, tendo sido adotado como uma espécie de linguagem universal que permitiria um consenso entre feministas de orientações políticas e teóricas conflitantes. Para as autoras, "a interseccionalidade [...] não preenche os requerimentos de uma teoria e conseqüentemente 'todo mundo' sente que ela se adéqua ao 'seu modo de pesquisar'" (CARBIN; EDENHEIM, 2013, p.13, tradução minha).

De fato, Crenshaw escreveu que não pretendia oferecer a interseccionalidade "como uma teoria da identidade nova e totalizante", mas como "um conceito provisório", "uma metodologia" (CRENSHAW, 1993, p.1244, tradução minha). O conceito, contudo, acabou sendo tomado como um termo guarda-chuva, que chegou a ser apropriado pelo feminismo liberal para "disfarçar um conflito, enquanto ao mesmo tempo reconhece a importância (das partes menos críticas) dos feminismos negro e pós-colonial" (CARBIN; EDENHEIM, 2013, p.12, tradução minha). Falar em interseccionalidade sob essa perspectiva apresenta uma "solução" para a demanda de diversidade sem, contudo, tocar nas estruturas que engendram a desigualdade social. Essa perigosa operação, para Carbin e Edenheim, promove "um apagamento de um dos objetivos políticos centrais do feminismo negro -- o de tornar visíveis as relações hierárquicas e problemáticas dentro do feminismo" (CARBIN; EDENHEIM, 2013, p.12, tradução minha).

O mascaramento dos conflitos teóricos e políticos sob a metáfora da interseccionalidade e o esvaziamento da crítica política original do conceito evidenciam a necessidade de analisar com atenção a proposta original de Kimberlé Crenshaw. Para tanto, abordarei dois dos primeiros artigos publicados e difundidos sobre o conceito (CRENSHAW, 1993, 2002).<sup>2</sup>

Em "*Mapping the margins*", Crenshaw afirma que seu objetivo é "explorar as dimensões de raça e gênero da violência contra mulheres de cor" (CRENSHAW, 1993, p.1242, tradução minha). Nesse texto, ela retoma e aprofunda alguns aspectos de seu trabalho anterior (CRENSHAW, 1989), em que refletiu sobre a influência da interseccionalidade nas configurações do mercado de trabalho, considerando as experiências de mulheres negras e de

---

<sup>2</sup> Ainda que o conceito tenha sido lançado no artigo "Demarginalizing the intersection of race and sex" (CRENSHAW, 1989), me concentrarei aqui nos artigos "Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color" (CRENSHAW, 1993), em que Crenshaw aprofunda suas considerações abordando as diferentes formas de violência contra mulheres de cor, e "Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero" (CRENSHAW, 2002), o primeiro texto da autora traduzido no Brasil e que, por isso, vem informando muitas/os pesquisadoras/es interessados em trabalhar com interseccionalidade no país.

cor. Já o "Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero" (CRENSHAW, 2002) se volta para a intervenção em políticas de direitos humanos. Nesse texto, Crenshaw estabelece uma crítica ao universalismo que caracteriza a proteção dos direitos humanos das mulheres via Declaração Universal dos Direitos Humanos, argumentando que ele "fundamentava-se firmemente nas experiências dos homens" e que, por isso, não dava conta das experiências específicas e das violências sofridas por mulheres, escamoteadas como abusos "periféricos" (CRENSHAW, 2002 p.171-172). Ela assinala que um processo similar ocorre em torno da questão racial, já que a discriminação que não se enquadra em um modelo-padrão pode ser "tratada como 'excessivamente diferente' das experiências formais do tipo apartheid para que possa constituir abuso de direitos humanos" (CRENSHAW, 2002, p.172). Para alterar esse cenário, a autora propõe "um *modelo provisório* para a identificação das várias formas de subordinação que refletem os efeitos interativos das discriminações de raça e de gênero", além de sugerir "um *protocolo provisório* a ser seguido, a fim de melhor identificar as situações em que tal discriminação interativa possa ter ocorrido" (CRENSHAW, 2002, p.171, grifos meus).

No texto de 1993, Crenshaw afirma que a interseccionalidade deve constituir "uma *metodologia* que irá, em última instância, interromper as tendências a ver raça e gênero como exclusivos ou separáveis", ressaltando também aqui seu caráter "*provisório*" (CRENSHAW, 1993, p.244, tradução minha, grifos meus). Ela divide a "metodologia" em três aspectos: "interseccionalidade estrutural", isto é, "as formas com que a localização das mulheres de cor na interseção de raça e gênero"; "interseccionalidade política", relativa à "política feminista e antirracista", ou seja, a esses movimentos sociais e suas ações e; "interseccionalidade representativa", referente à "construção cultural das mulheres de cor" (CRENSHAW, 1993, p.1245, tradução minha).

A interseccionalidade estrutural, com sua ênfase na "localização", pode ser relacionada com a definição de interseccionalidade que aparece no "Documento...", citada anteriormente, que descreve a metáfora do cruzamento de diversas "avenidas" - os "eixos de poder". Ela chega a usar o termo "topologias" para se referir à localização de mulheres no entrecruzamento interseccional (CRENSHAW, 2002, p.177).

Nesse mesmo texto, Crenshaw elabora uma definição que resume bem sua proposta:

"A interseccionalidade é uma *conceituação* do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam

desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras" (CRENSHAW, 2002, p.177).

Essa definição é precedida por um subtítulo que a apresenta como uma "conceituação metafórica". "Conceituação metafórica", "modelo provisório", "protocolo provisório", "metodologia" etc.: a variedade de expressões associadas à interseccionalidade, bem como seu reafirmado aspecto provisório, podem ser relacionados ao caráter aberto que Carbin e Edenheim identificaram como tendo sido, por um lado, fonte de sucesso do conceito e, por outro, motivo de confusões teóricas e apropriações indevidas. O fato de o conceito englobar categorias que suscitam debates teóricos extensos e profundos, tais como raça, classe social, gênero e sexualidade, pode ter dado origem a um salto de compreensão que transforma a própria interseccionalidade em teoria - coisa que Crenshaw, ao menos segundo os textos analisados, não parece ter tido como pretensão.

Um ponto relevante é o fato de Crenshaw priorizar, dentre outras, as interseções entre raça e gênero. Em "*Mapping the margins*", ela procura demonstrar como as mulheres de cor não têm sido representadas pelo feminismo nem pelo antirracismo, sendo marginalizadas em ambos, e afirma que "as experiências das mulheres [que sofrem violência doméstica] são frequentemente o produto de padrões intersectados de racismo e sexismo" (CRENSHAW, 1993:1243, tradução minha). Uma nota de rodapé traz uma breve ressalva em relação à sua priorização. Nela, a autora explica que "o conceito pode e deve ser expandido ao trazer para a equação questões como classe, orientação sexual, idade e cor" (CRENSHAW, 1993, p.1244-1245, tradução minha).

Essa priorização de raça e gênero, em detrimento de classe e sexualidade, por exemplo, tem sido apontada por críticos da interseccionalidade como um de seus grandes problemas (HIRATA, 2014; FERGUSON, 2017). No artigo de 1993, a questão de classe é mencionada em termos de "opressão de classe" -- e não exploração -- quando Crenshaw se refere a mulheres "pobres", "desempregadas" e "subempregadas" (CRENSHAW, 1993, p.1245-46, tradução minha), ponto que não chega a desenvolver além da menção.<sup>3</sup> Vale observar que o termo "pobres", usado para qualificar mulheres, revela uma abordagem

---

<sup>3</sup> A palavra classe ("*class*") aparece também no início do texto, quando Crenshaw afirma que questões como a violência doméstica afetam as "mulheres enquanto classe" ("*women as a class*") (CRENSHAW, 1993, p.1241, tradução minha). Acredito que aqui a autora não utilize a palavra para se referir à classe social no sentido a que temos nos referido, mas provavelmente como grupo social de certo tipo.

quantitativa da classe - pobre sendo aquela que não possui dinheiro e acesso ao consumo - em vez de uma concepção qualitativa, ligada à concepção de luta de classes.<sup>4</sup>

A abordagem parcial ou periférica da classe social nos trabalhos que adotam a interseccionalidade como pressuposto é um elemento da crítica que tem sido feita por autoras ligadas ao feminismo materialista francófono (HIRATA, 2014) e ao marxismo. Helena Hirata sistematiza alguma dessas críticas, em especial as feitas pela feminista materialista francesa Danièle Kergoat:

"1) a multiplicidade de pontos de entrada (casta, religião, etnia, nação etc., e não apenas raça, gênero e classe) leva a um perigo de fragmentação das práticas sociais e à dissolução da violência das relações sociais, com o risco de contribuir à sua reprodução; 2) não é certo que todos esses pontos remetam a relações sociais e talvez não seja o caso de colocá-los todos num mesmo plano; 3) os teóricos da interseccionalidade continuam a raciocinar em termos de categorias e não de relações sociais, privilegiando uma ou outra categoria, como por exemplo a nação, a classe, a religião, o sexo, a casta etc., sem historicizá-las e por vezes não levando em conta as dimensões materiais da dominação." (HIRATA, 2014, p.65)

Para melhor compreender esses elementos, pode-se considerar a crítica que muitos/as autores/as marxistas têm feito à noção de "identidade", frequentemente ligada a concepções teóricas pós-modernas e pós-estruturalistas que rejeitam qualquer ideia de totalidade e a existência de determinações sociais historicamente específicas (WOOD; FOSTER, 1999). Kenan Malik, em artigo sobre raça e pós-modernismo, reconhece a importância da percepção de que os seres humanos estão sujeitos a reivindicações e identidades conflitantes, mas argumenta que

"O problema surge, contudo, quando todas as identidades são tratadas como equivalentes, de modo tal que preferências pessoais em estilo de vida, como os 'estilos musicais', recebem o mesmo peso e importância que atributos físicos, tais como 'deficiência física' ou alguns produtos sociais como raça e classe [...]. Na verdade, para começar, já há um problema quando se concebe raça ou classe como uma 'identidade'. Reações sociais, tal como opressão racial, não se transformam absolutamente em relações sociais, mas em atributos pessoais ou mesmo em opções de estilo de vida. Quando raça é considerada equivalente a 'estilos musicais' ou a códigos de vestuário', aparentemente o 'social' não significa nada mais que uma decisão particular que qualquer indivíduo pode tomar, e a 'sociedade' é reduzida ao agregado de identidades individuais" (MALIK, 1999, p.127).

Essa afiada crítica à ideia de identidade ressalta o perigo de compreender como individual um tipo de relação que é social, histórico e efetivamente material. O que Malik e Kergoat apontam é o caráter problemático de compreender que há tantas identidades quanto

---

<sup>4</sup> Para uma discussão crítica da divisão de classes baseada no acesso ao consumo e no poder de compra, ver POCHMANN, 2012 e PESTANA, 2013.

há possibilidades de estilos de vida disponíveis para escolha de cada indivíduo. Não é isso que está em jogo quando se pensa sistemas estruturantes das relações sociais. Embora a crítica de Kergoat se volte especificamente para a interseccionalidade, não acredito que essa posição seja inerente ao conceito, mesmo porque a própria Kimberlé Crenshaw assinalou como parte de sua proposta o "processo de reconhecer como social e sistêmico o que foi anteriormente percebido como isolado e individual" (CRENSHAW, 1993, p.1241-42, tradução minha).

Crenshaw utiliza a noção de identidade constantemente em seus escritos, adotando uma pluralidade terminológica para se referir a gênero, raça, classe etc., como "categorias identitárias" (CRENSHAW, 1993, p.1242, tradução minha), "padrões de subordinação" (CRENSHAW, 1993, p.1249, tradução minha), "múltiplas dimensões da identidade" (CRENSHAW, 1993, p.1299, tradução minha), "eixos de poder", "eixos de subordinação" (CRENSHAW, 2002, p.177), entre outros. Ela se refere a "grupos identitários" e "políticas identitárias" (CRENSHAW, 1993, p.1299, tradução minha), mas também fala em "sistemas de subordinação" e "estrutura" (CRENSHAW, 2002, p.176), termos que ressaltam mais o aspecto social e histórico das questões abordadas. O fato de a interseccionalidade, segundo sua proposta original, não constituir uma teoria não significa que não carregue consigo categorias que têm, por si só, carga teórica (gênero, classe, raça, etc.). É fundamental, então, explicitar a partir de que matriz teórica são abordadas tais categorias, já que mencioná-las sem identificar esse aspecto fundamental tem gerado a falsa percepção da interseccionalidade como linguagem comum, quando na verdade há perspectivas diferentes e, com frequência, conflitantes em jogo.

Com relação a isso, Lise Vogel, autora de um dos mais significativos esforços para pensar as relações possíveis entre feminismo e marxismo (VOGEL, 2013), faz uma importante afirmação. Ao comentar a potencialidade do encontro entre a teoria da reprodução social, de base marxista, com o pensamento interseccional, Vogel defende que a tarefa teórica dos marxistas consiste em "focar nas especificidades de cada dimensão [raça, gênero, classe, etc.] e desenvolver um entendimento de como tudo se encaixa - ou não. Desse processo viria uma lente, ou talvez diversas lentes, com as quais analisar dados empíricos" (VOGEL apud BATTHACHARYA, 2017, p. 12).

## **2.1. Qualificando o debate: as relações entre racismo, (hetero)sexismo e capitalismo**

A tarefa de compreender as especificidades de cada categoria para compreender sua inter-relações na materialidade histórica tem sido enfrentada por pelo menos duas correntes de pensamento: o feminismo materialista francófono e a teoria da reprodução social. Diferentemente da interseccionalidade, o feminismo materialista francófono traz consigo um denso aparato teórico com concepções políticas bastante marcadas. Exemplo disso é substituição do conceito de gênero "relações sociais de sexo". Sobre esse conceito, Cisne esclarece:

"Advindo da escola feminista francesa, na língua original é chamado *rappports sociaux de sexe*". [...] *Rapport* designa relações mais amplas, estruturais, enquanto *relations* diz respeito às relações mais pessoais, individuais, cotidianas. O conceito de *rappports sociaux de sexe* é diretamente fundamentado no de relações sociais de classe. Uma relação [*rapport*] social está vinculada aos conflitos e tensões entre os grupos sociais com interesses antagônicos" (CISNE, 2014, p.136).

Se uma "*rapport*" é uma "relação de produção material e ideal" (KERGOAT apud CISNE, 2014, p.136) e "uma oposição estrutural de duas classes com interesses antagônicos" (DEVREUX apud CISNE, 2014, p.137), isso significa dizer que os sexos constituem duas classes antagônicas. Essa proposição é essencialmente problemática quando confrontada com uma concepção marxista da categoria "classe", além de envolver uma confusão entre os conceitos de trabalho produtivo e reprodutivo, bem como os de exploração, opressão e apropriação. Cinzia Arruzza discute essas confusões historicamente, analisando as aproximações e conflitos entre feminismo e marxismo ao longo do tempo (ARRUZZA, 2010). Para a autora, o feminismo materialista comprime as relações de gênero na ideia de "classe sexual", condicionando a esfera da reprodução à da produção, perdendo-se de vista, com isso, sua especificidade (ARRUZZA, 2010, p.105). Assim, a transposição teórica semidireta do aparato conceitual do marxismo para as relações entre os sexos/gêneros acaba produzindo mais problemas do que de fato soluções.<sup>5</sup>

A teoria da reprodução social, por sua vez, guarda relações mais consistentes com o marxismo. Nos anos 1980, feministas marxistas pioneiras procuraram superar a análise de capitalismo e sexismo como sistemas duais, procurando incluir as dimensões da produção e da reprodução em uma teoria unitária. Para tanto, buscou-se considerar a relação entre o trabalho dispensado para produzir mercadoria e o trabalho dispensado para produzir pessoas como parte da totalidade sistêmica do capitalismo, ampliando e complexificando, assim, o

---

<sup>5</sup> Igualmente comprimido está esse importante e complexo debate no presente trabalho, por falta de espaço e pelo imperativo da objetividade. Para um desenvolvimento didático e de maior fôlego, cf. ARRUZZA, 2010.

conceito de trabalho (BATTHACHARYA, 2017, p. 15; FERGUSON, 2017, p. 15). Essa ampliação está na base do que se tem chamado de teoria da reprodução social.

Susan Ferguson observa que as feministas da reprodução social, nesse primeiro momento, "inclinaram-se a conceituar o social de maneira estreita, frequentemente em termos estruturalistas que privilegiam as relações de gênero e de classe acima das outras" (como raça, colonização e "queerness") (FERGUSON, 2017, p. 15). Ela afirma, contudo, que essa corrente ainda tem um grande potencial além de suas "limitações herdadas", ao partir da teoria marxista para compreender de forma dialética "uma totalidade contraditória, histórica e ricamente diferenciada" (FERGUSON, 2017, p. 15). Para Ferguson, é fundamental para isso um entendimento dialético da noção de determinação, que analise "as maneiras pelas quais aspectos do social (...) relacionam-se no interior de um contexto historicamente dado, com o objetivo de revelar a lógica subjacente que estrutura essas relações". Nessa perspectiva, as relações de classe, gênero e raça determinam umas às outras e a totalidade social tem suas próprias regras de reprodução (FERGUSON, 2017, p. 22).

A autora rebate ainda o reducionismo economicista magistralmente ao pensar o capitalismo como modo de produção, isto é, como totalidade histórica:

"'Capitalismo' como uma simples abstração não existe 'realmente'. Há apenas o capitalismo racializado, patriarcal, no qual a classe é concebida como uma unidade de relações diversas que produzem não apenas lucro ou capital, mas o capitalismo" (FERGUSON, 2017, p. 23).

O entendimento da classe social de maneira dialética e histórica é, portanto, chave para qualificar o debate sobre a articulação entre raça, gênero, sexualidade e classe -- e, logo, entre racismo, (hetero)sexismo e capitalismo. O primeiro passo para isso consiste em rebater um uso vago de "classe", como aparece nos textos supracitados de Crenshaw, bem como seus usos ligados a uma concepção descritiva e quantitativa, de matriz liberal, da ideia de classe social. Classe, então, não deve ser um medidor de acesso ao consumo, mas uma relação social atravessada por múltiplas determinações.

Um segundo passo pode se relacionar com o entendimento de classe por autores marxistas como E.P. Thompson e Antonio Gramsci. A noção de frações de classe proposta por Gramsci indica uma heterogenia interna às duas grandes classes do capitalismo, burguesia e proletariado, evidenciando a existência de disputas intraclasses.<sup>6</sup> Um entendimento

---

<sup>6</sup> A ideia de fração de classe não é criação de Antonio Gramsci; ela aparece na obra do próprio Marx em *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850*, em que classifica os "banqueiros, reis da Bolsa, reis do caminho-de-ferro, proprietários de minas de carvão e de ferro e de florestas e uma parte da propriedade fundiária aliada a estes – a chamada aristocracia financeira" como uma fração de "burguesia francesa" (MARX, 2013a, s.p.) e,

gramsciano da questão de classe pode ser enriquecido pelas formulações de Thompson, que rejeita uma percepção estática do conceito para compreendê-lo como um processo histórico -- e não como uma abstração teórica -- atravessado por múltiplas determinações. Preocupado com o processo de formação da classe trabalhadora, o historiador cunhou o conceito de “experiência” para atuar como mediação entre o conceito de classe e o de consciência de classe. Para tanto, recuperou a distinção feita por Marx entre a existência material da classe trabalhadora – a “classe em si” – e sua tomada de consciência – a “classe para si”, buscando “um nexos entre o modo de produção e a consciência” (MATTOS, 2012, p.85). Como Thompson ressalta que a consciência nunca surge exatamente da mesma forma, dependendo de todas as particularidades históricas contingenciais envolvidas no processo da experiência, o conceito de classe torna-se necessariamente histórico.

Outra autora que realiza uma contribuição muito interessante para a tarefa de qualificar o debate sobre desigualdade e diferença é Abigail Bakan. Ela propõe uma discussão teórica refinada ao trazer à luz os conceitos de alienação e opressão, presentes em Marx, somados ao de exploração, cuja discussão se encontra muito mais estabelecida nos meios marxistas. Para Bakan, cada um desses processos operam com dinâmica própria, são historicamente específicos e moldados "pelas interações concretas entre relações subjetivas e condições objetivas que contribuem para a reprodução da totalidade capitalista" (BAKAN, 2016, p. 48). A autora questiona um entendimento universalista da totalidade, percebendo-a como "contraditória, dependente tanto da diferença quanto de seu oposto, a superação da diferença através da solidariedade" (BAKAN, 2016, 48-49).

Bakan analisa em particular as relações entre racismo e capitalismo, assinalando que ênfase na produção, dada por alguns autores, é aplicável em formações sociais como escravidão racial ou estados coloniais com segregação racial, mas minimiza o papel do racismo em estados capitalistas avançados (BAKAN, 2016, p. 52). Esse é um ponto particularmente importante para pensar racismo e capitalismo no Brasil contemporâneo, onde a questão da hegemonia é um elemento crucial para entender o mito da democracia racial e a luta dos movimentos antirracistas em denunciá-lo.

Diante do exposto, compreendo que o encontro de autores marxistas ligadas/os à teoria da reprodução social ou que, de outros modos, buscam compreender as relações entre racismo, sexismo, heterossexismo e capitalismo a partir de uma concepção de um todo unitário e contraditório podem trazer à noção demasiado aberta de interseccionalidade uma

---

mais elaboradamente em O 18 Brumário de Luís Bonaparte, no qual se refere às diferentes frações da burguesia francesa (MARX, 2013b, s.p.).

densidade teórica fundamental, em especial através de uma abordagem qualitativa do conceito de classe social.

### 3. Conclusão: Pensar o movimento de mulheres negras no Brasil recente

Realizar um estudo sobre o movimento de mulheres negras no Brasil contemporâneo implica pensar esse sujeito coletivo subalternizado em sua diversidade, considerando todas as discussões apresentadas anteriormente. No caso brasileiro, as particularidades do gênero são determinadas e determinam um racismo informado por um passado colonial e que se expressa em um presente localizado na periferia do capitalismo.<sup>7</sup> Essas múltiplas determinações não resultam simplesmente em topografias singulares, como sugere Crenshaw, mas conformam uma totalidade historicamente determinada. Exemplo disso é a importância da concepção de trabalho (em sentido amplo, considerando produção e reprodução) em uma sociedade que viveu 400 anos de escravidão formal, profundamente marcada por relações patriarcais, na qual os direitos da classe trabalhadora vêm sofrendo progressivos ataques com impactos distintos se considerarmos cada fração da classe em particular. Não é possível, nesse sentido, pensar as mulheres negras em suas organizações como sujeitos políticos no Brasil a partir de uma perspectiva marxista sem considerar todos esses determinantes.

No caso específico das organizações do movimento de mulheres negras surgidas principalmente a partir dos anos 1980, é necessário entender como essas articulações foram *experimentadas* por essas mulheres e em que medida isso se expressa em uma consciência do grupo social. Muitas mulheres negras, em depoimentos, afirmam ter vivido experiências de racismo e exclusão no interior do movimento feminista, mas também sofrido com o (hetero)sexismo interno a organizações do movimento negro. Em relação à primeira questão, a filósofa Lélia González assim contou:

“nossa participação [no Encontro Nacional da Mulher, no Rio de Janeiro, em 1979] causou reações contraditórias. Até o momento, tínhamos observado uma sucessão de falas acentuadamente de esquerda, que colocavam uma série de exigências quanto à

---

<sup>7</sup> O uso de "periferia do capitalismo" se refere à ideia de Desenvolvimento Desigual e Combinado, desenvolvida nas obras de Lênin e Trotsky, que, ao meu ver, enriquece a interpretação do capitalismo brasileiro, ainda mais quando consideramos o papel do racismo e do (hetero)sexismo como determinantes nesse modo de produção. Ao abordar os diferentes ritmos em que o capitalismo se desenvolveu em países que o atingiram em sua fase industrial ou, posteriormente, em sua fase imperialista, Trotsky afirmou que "o *atraso* dessas últimas (...) designaria às suas classes sociais tarefas historicamente distintas das realizadas pelas nações *adiantadas*" (DEMIER, 2015, p. 66). Assim, as especificidades históricas das classes dominantes nacionais guarda íntima relação com a experiência do colonialismo e as relações de trabalho desenvolvidas ao longo do século XX no Brasil. Esses elementos, como discutiu-se, não podem ser entendidos sem considerar as relações de gênero, raça e classe e as particularidades produzidas por sua interação.

luta contra a exploração da mulher, do operariado etc., etc. A unanimidade das participantes quanto a essas denúncias era absoluta. Mas no momento em que começamos a falar do racismo e suas práticas em termos de mulher negra, já não houve mais unanimidade. Nossas falas foram acusadas de emocional [sic] por umas e até mesmo de revanchistas por outras; todavia, as representantes de regiões mais pobres nos entenderam perfeitamente (eram mestiças em sua maioria). Toda celeuma causada por nosso posicionamento significou, para nós, a caracterização de um duplo sintoma: de um lado, o atraso político (principalmente dos grupos que se consideravam mais progressistas) e do outro, a grande necessidade de negar o racismo para ocultar uma grande questão: a exploração da mulher negra pela mulher branca” (GONZÁLEZ apud LEMOS, 1997,p. 57).

Quanto ao segundo ponto, as fontes apontam que muitos homens negros reprovavam com veemência as denúncias de práticas de machismo dentro das organizações feitas por mulheres negras, que reivindicavam igualdade de gênero no seio desse movimento. Sobre isso, Michael Hanchard afirma que

“houve também no movimento [negro] uma reprodução de atividades patriarcais que fomentou a discórdia entre os ativistas masculinos e femininos. Uma frase bastante batida, 'o pessoal é político', caracteriza adequadamente as frustrações vividas pelas mulheres dentro do movimento em meados dos anos setenta. Muitos ativistas afro-brasileiros do sexo masculino pregavam a igualdade entre os sexos como parte de sua retórica política, mas esperavam que as afro-brasileiras executassem as tarefas de dona de casa convencional, enquanto eles participavam plenamente do movimento e, às vezes, de relacionamentos com outras mulheres. Para as afro-brasileiras engajadas no movimento, essa disjunção serviu para sublinhar a necessidade de estratégias políticas que independessem da versão masculinista [sic] do movimento” (HANCHARD, 2001,p.154).

Para além das disputas em relação a concepções de mundo e projetos de sociedade, o machismo manifestava-se também na dinâmica organizativa cotidiana das organizações negras. Jurema Werneck, intelectual do movimento negro e do movimento de mulheres negras, conta que era comum que os homens monopolizassem as falas em reuniões e eventos e deixassem para as mulheres funções de secretariado, confecção de cartazes, organização de refeições e lanches, etc. (WERNECK apud LEMOS, 1997,p.50). Werneck pontua que esse tipo de situação levou as mulheres negras a buscarem formas de efetivar sua representação no movimento, garantindo sua fala. Uma estratégia para isso foi a criação de fóruns exclusivos de mulheres negras no seio das organizações gerais do movimento. Estratégias como essa, contudo, foram mal recebidas por muitos homens negros, que não reconheciam necessidade ou função de tais espaços. A criação da sociedade Ogboni – em referência a uma sociedade secreta masculina no contexto da Revolta dos Malês –, grupo formado apenas por homens negros, em reação à ocorrência do I Encontro Nacional de Mulheres Negras em 1988, é um exemplo de evidência que faz cair por terra a retórica de “igualdade entre os sexos”

mencionada por Michael Hanchard. Reproduzindo uma visão estereotipada do feminismo, membros da Ogboni classificaram o Encontro como “uma reunião de 'sapatonas’”, numa tentativa de desqualificação e esvaziamento de seu significado político (LEMOS, 1997, p.49).

A compreensão de questões como essas pode ser enriquecida pela combinação da noção de interseccionalidade com as discussões trazidas pelos autores marxistas citados. Seria possível pensar como se estabelecem relações de exploração, opressão e alienação nas dinâmicas destacadas acima, indo além da simples identificação de diferenças e desigualdades e compreendendo o funcionamento de suas engrenagens internas e as relações sistêmicas que estabelecem entre si. O capitalismo enquanto totalidade contraditória reproduz processos que atomizam os sujeitos; compreender seu funcionamento de maneira interseccional, mas sistêmica, é fundamental para engendrar políticas de luta e de solidariedade entre os subalternizados.

## **Bibliografia**

- ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ARRUZZA, Cinzia. *Feminismo e marxismo: entre casamentos e divórcios*. Lisboa: Combate, 2010.
- BAKAN, Abigail. Marxismo e antirracismo: repensando a política da diferença. Outubro, n. 27, nov. 2016, pp. 45-76.
- BATTHACHARYA, Titthi (org.). *Social Reproduction Theory: remapping class, recentring oppression*. London: Pluto Press, 2017.
- CARBIN, Maria; EDENHEIM, Sara. "The intersectional turn in feminist theory: a dream of a common language?". *European Journal of Women's Studies*, 2013, pp. 1-16.
- CARNEIRO, Sueli. "Gênero, raça e ascensão social". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, pp. 544-552, 1995.
- CISNE, Mirla. "Relações sociais de sexo, 'raça'/etnia e classe: uma análise feminista-materialista". *Temporais*, Brasília, ano 14, n. 28, jul./dez. 2014, pp. 133-149.
- CRENSHAW, Kimberlé. "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics". *University of Chicago Legal Forum*, n. 1, 1989, pp. 139-167.

- \_\_\_\_\_. "Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color". *Stanford Law Review*, vol. 43, 1993, pp. 1241-1299.
- \_\_\_\_\_. "Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero". *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, pp. 171-188, 2002.
- CURIEL, Ochy. "Gênero, Raza, Sexualidad: debates contemporaneos". 2008. Disponível em: <[http://www.urosario.edu.co/urosario\\_files/1f/1f1d1951-0f7e-43ff-819f-dd05e5fed03c.pdf](http://www.urosario.edu.co/urosario_files/1f/1f1d1951-0f7e-43ff-819f-dd05e5fed03c.pdf)>. Acesso em: 29 jun. 2016.
- DEMIER, Felipe Abranches. Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro. Outubro, n. 13, 2005, pp. 59-68.
- FERGUSON, Susan. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. *Cadernos Cemarx*, n. 10, 2017, pp. 13-38.
- HANCHARD, Michael George. *Orfeu e o Poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- HIRATA, Helena. "Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais". *Tempo Social*, v. 26, n. 1, jun. 2014, pp. 61-73.
- HOOKS, bell. *Feminist theory: from margin to center*. Boston: South end press, 1984.
- KERNER, Ina. "Relations of difference: power and inequality in intersectional and postcolonial feminist theories". *Current Sociology*, 2016, pp. 1-21.
- LA COLECTIVA DEL RIO COMBAHEE [COMBAHEE RIVER COLECTIVE]. "Una declaración feminista negra" [1977]. In: MORAGA, Cherríe; CASTILLO, Ana. *Esta puente, mi espalda: voces de mujeres tercermundistas en los Estados Unidos*. San Francisco: Ism Press, 1988.
- LEMOS, Rosália. *Feminismo negro em construção: a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro*. 1997, Rio de Janeiro. 185f. Dissertação (Mestrado) Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
- LORDE, Audre. *Sister outsider: essays and speeches by Audre Lorde*. Berkeley: Crossing Press, 2007.
- MALIK, Kenan. "O espelho da raça: o pós-modernismo e a louvação da diferença". In: WOOD, Ellen M.; FOSTER, John B. *Em defesa da história: Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

- MARX, Karl. (2013a) *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850*. Disponível em: [http://www.marxists.org/portugues/marx/1850/11/lutas\\_class/](http://www.marxists.org/portugues/marx/1850/11/lutas_class/). Acesso em: 14 de abril de 2013.
- MARX, Karl. (2013b) *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/>. Acesso em: 14 de abril de 2013.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.
- PESTANA, Marco Marques. As classes sociais ainda importam? (parte 1 de 2). 29 jun. 2013. Disponível em: <https://capitalismoemdesencanto.wordpress.com/2013/07/29/as-classes-sociais-ainda-importam-parte-1-de-2/>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- PISCITELLI, Adriana G. “Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras”. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, jul./dez. 2008, pp. 263-274.
- POCHMANN, Márcio. *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- VOGEL, Lise. *Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory*. Chicago: Haymarket Books, 2013.
- WOOD, Ellen M.; FOSTER, John B. *Em defesa da história: Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.